

DARLAN BARROSO  
JULIANA FRANCISCA LETTIÈRE

# PRÁTICA JURÍDICA CIVIL

6.<sup>a</sup> edição revista, atualizada e ampliada

*Prefácio BETINA RIZZATO LARA*

Recomendado para Profissionais da Advocacia, estudantes  
da Graduação e preparação para OAB e Concursos.

## TEORIA ALIADA À PRÁTICA

ABORDAGEM DOS PRINCIPAIS  
PONTOS DE CADA TEMA E  
MODELOS DE AÇÕES E RECURSOS



THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

# Sumário

NOTA DOS AUTORES À 6.ª EDIÇÃO .....	9
-------------------------------------	---

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO.....	11
----------------------------	----

1. REDAÇÃO JURÍDICA.....	27
--------------------------	----

1.1 O que é petição?.....	27
---------------------------	----

1.2 Questão de estilo ou de técnica? .....	28
--	----

1.3 Orientações gerais para redação jurídica .....	29
--	----

1.3.1 Clareza, lógica e objetividade .....	29
--	----

1.3.2 Uso correto da língua portuguesa.....	31
---	----

1.3.3 Independência e não subordinação.....	32
---	----

1.4 Expressões ou linguagem não recomendadas .....	32
--	----

1.5 Expressões que exigem cuidado no uso .....	34
--	----

1.6 Entonação das palavras.....	38
---------------------------------	----

1.7 Nomenclatura das partes .....	39
-----------------------------------	----

1.8 Regras de formatação e padrões da prática.....	40
--	----

1.8.1 Formatação: papel, letra e margens.....	41
---	----

1.8.2 Cores, desenhos e logotipos.....	42
1.8.3 Devo usar artigos nos preâmbulos das petições? .....	43
1.8.4 Transcrições e citações.....	44
1.8.5 Encerramento das petições .....	47
1.9 Orientações para concursos e exames práticos da OAB .....	48
<b>2. MANDATO .....</b>	<b>49</b>
2.1 Momento e forma de exibição da procuração .....	49
2.2 O instrumento do mandato.....	50
2.2.1 Cláusulas e poderes .....	51
2.2.2 Formalidade da procuração .....	52
2.2.2.1 Mandato judicial .....	52
2.2.2.2 Mandato comum.....	53
2.2.3 Modelos de procurações.....	54
2.3 Substabelecimento.....	56
2.3.1 Modelo de substabelecimento .....	57
<b>3. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS .....</b>	<b>59</b>
3.1 Regras gerais.....	59
3.2 Critérios e formas de fixação dos honorários.....	61
3.3 Modelo de contrato de honorários advocatícios.....	61
3.4 Formas de cobrança dos honorários advocatícios .....	63
<b>4. TUTELAS DE URGÊNCIA.....</b>	<b>65</b>
4.1 Fundamento das tutelas de urgência .....	65
4.2 Diferenças entre tutela antecipada, ação cautelar e liminares....	66

<b>5. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E COMPETÊNCIA .....</b>	<b>73</b>
5.1 Critérios de fixação da competência.....	73
5.1.1 Competência internacional e interna.....	73
5.1.2 Critérios de fixação da competência interna .....	74
5.1.3 Competência funcional .....	74
5.1.4 Competência territorial .....	77
5.1.5 Valor da causa – Juizados Especiais.....	79
5.2 Regra prática para localização da competência .....	81
5.3 Competências das Justiças dos Estados – Regras locais.....	82
5.3.1 Acre .....	82
5.3.2 Alagoas .....	83
5.3.3 Amapá .....	84
5.3.4 Amazonas .....	85
5.3.5 Bahia .....	85
5.3.6 Ceará .....	86
5.3.7 Distrito Federal .....	86
5.3.8 Espírito Santo .....	88
5.3.9 Goiás .....	88
5.3.10 Maranhão .....	88
5.3.11 Mato Grosso .....	89
5.3.12 Mato Grosso do Sul .....	90
5.3.13 Pará.....	90
5.3.14 Piauí .....	92
5.3.15 Rondônia .....	92
5.3.16 São Paulo .....	93
5.3.17 Tocantins .....	95

6. PETIÇÕES NO PROCESSO DE CONHECIMENTO .....	97
6.1 Petição inicial .....	97
6.1.1 Requisitos e elementos da inicial .....	97
6.2 Respostas do réu.....	117
6.2.1 Contestação .....	117
6.2.1.1 Prazo e oportunidade.....	120
6.2.1.2 Pedido contraposto .....	133
6.2.2 Reconvenção.....	135
6.2.3 Exceções.....	137
6.2.3.1 Exceção de Incompetência .....	138
6.2.3.2 Exceções de impedimento ou suspeição .....	142
6.2.4 Impugnações.....	144
6.2.4.1 Impugnação ao valor da causa.....	144
6.2.4.2 Impugnação à concessão da justiça gratuita.....	145
6.2.5 Ação declaratória incidental .....	148
6.3 Intervenção de terceiros.....	152
6.4 Outras petições incidentais na primeira instância .....	156
6.4.1 Réplica (manifestação acerca da contestação).....	156
6.4.2 Audiência preliminar.....	159
6.4.3 Especificação de provas .....	161
6.4.4 Rol de testemunhas.....	162
6.4.5 Indicação de assistente técnico e quesitos .....	164
6.4.6 Alegações finais .....	166
6.4.7 Incidente de falsidade.....	169
6.4.8 Incidente de exibição .....	170

6.5 Recursos.....	173
6.5.1 Parte geral – pressupostos recursais.....	173
6.5.2 Apelação .....	177
6.5.3 Embargos de declaração .....	184
6.5.4 Agravos.....	188
6.5.4.1 Agravo de instrumento .....	190
6.5.4.2 Agravo retido .....	200
6.5.4.3 Agravo interno ou para o órgão colegiado .....	203
6.5.5 Embargos infringentes .....	209
6.5.6 Recurso ordinário.....	211
6.5.7 Recursos especial e extraordinário .....	211
6.5.7.1 Regularidade formal.....	214
6.5.7.2 Repercussão geral.....	215
6.5.7.3 Retenção obrigatória.....	216
6.5.8 Agravo contra decisão denegatória de seguimento a RE ou REsp .....	222
6.5.9 Embargos de divergência.....	227
7. CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS E PROCESSO DE EXECUÇÃO .....	231
7.1 Execução forçada – Ação de execução e cumprimento de sentença .....	231
7.2 Da liquidação.....	232
7.2.1 Da correção monetária e dos juros nos cálculos .....	234
7.2.2 Da liquidação nas ações coletivas .....	236
7.3 Cumprimento de sentença .....	240

7.3.1	Do contraditório.....	241
7.3.2	Do cumprimento provisório .....	241
7.3.3	Competência para o cumprimento de sentenças.....	244
7.3.4	Cumprimento de sentença de obrigação de fazer ou não fazer .....	245
7.3.5	Cumprimento de obrigação de entrega de coisa .....	247
7.3.6	Cumprimento de sentença de obrigação de quantia certa.....	247
7.3.6.1	Cumprimento de sentença de obrigação de quantia certa – execução provisória .....	252
7.3.7	Impugnação ao cumprimento de sentença .....	256
7.4	Ação de execução.....	259
7.4.1	Aspectos gerais do processo de execução.....	259
7.4.1.1	Competência jurisdicional .....	260
7.4.1.2	O pedido nas ações de execução.....	260
7.4.1.3	Dos Prazos .....	261
7.4.1.4	Dos Honorários .....	262
7.4.2	Execução de obrigação de fazer e não fazer .....	262
7.4.3	Execução para entrega de coisa .....	263
7.4.4	Execução por quantia certa contra devedor solvente....	265
7.4.4.1	Pedido de arresto .....	268
7.4.4.2	Nomeação de bens à penhora pelo executado .....	269
7.4.4.3	Penhora <i>on line</i> .....	271
7.4.4.4	Penhora .....	272
7.4.4.5	Pedido de parcelamento .....	274
7.4.5	Execução por quantia certa contra devedor de alimentos.....	275

7.4.5.1	Justificativa do executado .....	278
7.4.5.2	Inclusão do devedor de alimentos no Serasa/ SPC.....	280
7.4.6	Execução por quantia certa contra a Fazenda Pública....	281
7.5	Defesas contra o processo de execução.....	283
7.5.1	Embargos à execução .....	283
7.5.1.1	Prazo e segurança do juízo .....	284
7.5.1.2	Contraditório .....	284
7.5.1.3	Efeitos .....	285
7.5.2	Embargos à alienação, à adjudicação e à arrematação ..	286
7.5.3	Objeção de pré-executividade.....	287
7.6	Obrigação de Emitir Declaração de Vontade .....	292
8.	PROCESSO CAUTELAR .....	297
8.1	Cautelar inominada.....	302
8.2	Cautelares nominadas.....	306
8.2.1	Cautelar de arresto .....	306
8.2.2	Cautelar de sequestro .....	309
8.2.3	Ação de busca e apreensão.....	312
8.2.3.1	Pressupostos.....	313
8.2.3.2	Petição inicial.....	313
8.2.4	Cautelar de exibição (de documento ou coisa).....	316
8.2.4.1	Cautelar promovida em face da parte (sujeito da lide) .....	318
8.2.4.2	Cautelar promovida em face de terceiro (hipótese do art. 360 do CPC, na qual o documento ou coisa estiver em poder de terceiro sujeito da lide) .....	319

8.2.5	Produção antecipada de provas.....	322
8.2.5.1	Pressupostos.....	322
8.2.5.2	Citação da parte contrária.....	322
8.2.5.3	Sentença homologatória.....	323
8.2.5.4	Competência .....	323
8.2.5.5	Prazo para ajuizamento da ação.....	323
8.2.6	Cautelar de Justificação .....	325
8.2.7	Cautelar de protesto, notificação e interpelação.....	329
8.3	Cautelar para dar efeito suspensivo a RE ou REsp .....	335
<b>9.</b>	<b>PETIÇÕES DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS .....</b>	<b>343</b>
9.1	Procedimento de consignação em pagamento.....	343
9.2	Procedimento de prestação de contas.....	348
9.2.1	Competência .....	348
9.2.2	Legitimização .....	349
9.2.3	Das espécies de prestação de contas.....	349
9.3	Procedimento das possessórias .....	351
9.3.1	Competência .....	352
9.3.2	Legitimidade.....	352
9.3.3	Pressupostos possessórios.....	353
9.3.4	Ações de força nova e força velha.....	353
9.4	Procedimento de usucapião .....	356
9.4.1	Das espécies de usucapião e respectivos procedimentos.....	356
9.4.2	Da usucapião .....	357

9.4.3	Dos requisitos .....	357
9.4.3.1	Dos requisitos comuns.....	357
9.4.3.2	Dos requisitos específicos a cada espécie de usucapião .....	358
9.4.4	Da ação de usucapião.....	359
9.4.4.1	Legitimidade ativa .....	360
9.4.4.2	Legitimidade passiva e sua citação .....	360
9.4.4.3	Competência .....	361
9.4.4.4	Requisitos da petição inicial .....	361
9.5	Procedimento de Embargos de Terceiro .....	374
9.5.1	Pressupostos .....	375
9.5.2	Oportunidade .....	375
9.5.3	Competência .....	375
9.5.4	Legitimidade ativa.....	375
9.5.5	Legitimidade passiva .....	376
9.5.5.1	Casos especiais de responsabilidade patrimonial .....	376
9.5.6	Procedimento.....	376
9.6	Procedimento monitório .....	380
9.7	Alienações judiciais .....	383
<b>10.</b>	<b>AÇÕES CONSTITUCIONAIS .....</b>	<b>387</b>
10.1	Ação popular .....	387
10.1.1	Competência .....	388
10.1.2	Taxas judiciárias .....	388
10.1.3	Contraditório.....	389

10.1.4 Pressupostos.....	389
10.1.5 Objeto da ação.....	389
10.1.6 Legitimidade ativa.....	389
10.1.7 Legitimidade passiva .....	389
10.1.8 Da liminar .....	390
10.1.9 Do Ministério Público .....	390
10.1.10 Efeitos da sentença.....	391
10.2 Mandado de segurança.....	394
10.2.1 Cabimento.....	394
10.2.2 Classificações .....	395
10.2.3 Competência para o mandado de segurança.....	396
10.2.4 Prazo decadencial.....	397
10.2.5 Contraditório no mandado de segurança .....	397
10.2.6 Forma da petição inicial do mandado de segurança.....	397
10.2.7 Recursos no mandado de segurança .....	399
10.2.8 Modelo de mandado de segurança .....	399
10.2.9 Modelo de recurso ordinário constitucional .....	401
10.3 <i>Habeas data</i> .....	404
10.4 Ação civil pública .....	407
10.5 Reclamação Constitucional .....	409
<b>11. AÇÕES DA LEI DE LOCAÇÕES.....</b>	<b>413</b>
11.1 Ação de despejo.....	415

11.1.1 Liminar na ação de despejo .....	418
11.1.2 Concordância com o pedido do autor .....	419
11.2 Ação renovatória .....	422
11.3 Ação revisional de aluguel.....	426
11.4 Ação de consignação em pagamento.....	430
11.5 Ação de Exoneração de Fiança Locatícia .....	431
<b>12. AÇÕES DE DIREITO DE FAMÍLIA.....</b>	<b>435</b>
12.1 Generalidades.....	435
12.2 Casamento – Alteração do regime de bens .....	437
12.3 Casamento e sociedade conjugal – Dissolução .....	441
12.3.1 A cautelar de separação de corpos.....	441
12.4 A atual divergência sobre divórcio e separação .....	445
12.5 Separação e divórcio – Da petição inicial .....	448
12.6 Petição de separação ou divórcio consensual .....	449
12.7 Conversão da separação em divórcio.....	453
12.8 Extinção da sociedade conjugal, reconciliação, extinção do casamento, novo matrimônio .....	454
12.9 Dos alimentos e suas ações .....	456
12.10 Ação de exoneração de alimentos.....	459
12.11 Dos alimentos gravídicos.....	463
12.12 União estável .....	465
12.13 Ação de reconhecimento e dissolução de união estável.....	466
12.14 Ação declaratória de existência de união estável .....	471
12.15 Da investigação de parentalidade .....	474

12.16 Ação de reconhecimento de paternidade c.c. pedido de alimentos .....	479
12.17 Da relação avoenga .....	482
12.18 Ministério Público .....	483
12.19 Da curatela dos interditos .....	485
12.20 Ação de interdição e nomeação de curador .....	489
12.21 Da usucapião familiar .....	491
12.22 Das orientações do CNJ e dos cartórios sobre separação e divórcio .....	492
12.22.1 Parecer do Conselho Nacional de Justiça sobre a EC 66/2010 .....	492
12.22.2 Orientação dos Colégios Notariais – apenas para conhecimento .....	496
12.22.2.1..... Orientação do Colégio Notarial do Rio Grande do Sul .....	496
12.22.2.2... Orientação do Colégio Notarial do Rio de Janeiro .....	496
13. SUCESSÕES – INVENTÁRIO, PARTILHA E ALVARÁS .....	499
13.1 Cabimento de cada procedimento .....	499
13.2 Inventário negativo .....	500
13.3 Alvará – Dispensa de inventário .....	500
13.4 Procedimento do Inventário .....	502
13.4.1 Competência .....	502
13.4.2 Prazo para abertura .....	503
13.4.3 Resolução de questão de alta indagação .....	503
13.4.4 Legitimidade para propositura .....	504

13.4.5 Inventariante.....	504
13.4.6 Primeiras declarações.....	505
13.4.7 Citações .....	506
13.4.8 Impugnações .....	506
13.4.9 Avaliações .....	507
13.4.10 Últimas declarações .....	507
13.4.11 Do pagamento das dívidas (art. 1.017 a 1.021 do CPC) .....	507
13.4.12 Procedimento da partilha (art. 1.022 e ss. do CPC) ...	507
13.4.13 Procedimento da sobrepartilha (art. 1.040 e ss. do CPC) .....	509
13.4.14 Procedimento do arrolamento sumário .....	511
13.4.15 Procedimento do arrolamento comum.....	512
13.5 Petições do inventário.....	512
14. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA .....	523
14.1 Procedimento da homologação.....	524
14.2 Resolução 9, de 4 de maio de 2005, do STJ .....	529
BIBLIOGRAFIA.....	533
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES.....	539